**CORPOS QUE RESISTEM: UMA DISCUSSÃO INTERSECCIONAL SOBRE ETARISMO E ORIENTAÇÃO SEXUAL, A PARTIR DA SÉRIE “LGBT 60+" DE YURI ALVES FERNANDES.**

**CUERPOS QUE RESISTEN: UNA DISCUSIÓN INTERSECCIONAL SOBRE EDADISMO Y ORIENTACIÓN SEXUAL, BASADA EN LA SERIE “LGBT 60+” DE YURI ALVES FERNANDES.**

**BODIES THAT RESIST: AN INTERSECTIONAL DISCUSSION ABOUT AGEISM AND SEXUAL ORIENTATION, BASED ON THE SERIES “LGBT 60+" BY YURI ALVES FERNANDES.**

**CASO**

Lançado em janeiro de 2024, o documentário "LGBT 60+: Corpos que resistem" 3ª temporada de 2024, dirigido por Yuri Alves Fernandes, revela histórias emocionantes e inspiradoras de pessoas LGBTQIA+ com mais de 60 anos, idade oficialmente reconhecida para a categoria de pessoa idosa, segundo a lei nº 14. 423, de 22 de julho de 2022, do Estatuto do Idoso. Durante os cinco episódios são narradas histórias de Ana, Denise, Márcio, Franco e Luiza, cada episódio expondo nuances de suas vidas e desafios enfrentados nessa trajetória de descoberta e aceitação em relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Assim, este caso de ensino é desenvolvido a partir de informações coletadas deste documentário brasileiro, que tem como protagonistas idosos LGBTQIA+. Algumas cenas e questões abordadas no filme destacam o impacto social da interseccionalidade entre a idade, sexualidade e gênero. O objetivo é que os estudantes, por meio dos diálogos e das situações vividas pelos personagens, possam revisitar eventos e narrativas retratados na trama, promovendo uma reflexão sobre questões sociais urgentes a partir dessas vivências, com o foco voltado para LGBTQIA+ envelhecidos nas organizações e seus direitos enquanto cidadãos.

Ana Carolina Apocalypse, uma mulher trans de 65 anos, iniciou sua transição de gênero aos 59, mas, desde a infância, relata que já demonstrava interesse por objetos e roupas femininas, mas temia o preconceito e a rejeição da família. "Se eu tivesse transicionado antes, talvez não estivesse viva hoje", reflete Ana, apontando os desafios que enfrentou devido à falta de compreensão da sociedade, amigos e família e violência. Neste sentido, Peixoto (2018) aborda a formação socio-histórica da violência direcionada a comunidade LGBTQIA+, indicando desafios enfrentados quanto à dignidade moral, luta por representatividade e direito à vida. Em complementação, Souza e Feliciano (2020), mapeiam o Estado brasileiros e mostram indicações de crimes cometidos a esta população, ilustrando o cenário contemporâneo e expectativa de vida relacionado ao grupo LGBTQIA+, mostrando aspectos que podem fazer com que a vida desta parcela da população seja diminuída significativamente. Felizmente, não é o caso de Ana. Ela só se reconheceu como trans ao assistir à novela "A Força do Querer”, exibida na emissora Globo no ano de 2017, identificando-se com uma personagem transgênero. Hoje, Ana sente orgulho de si mesma, está feliz e agradece ao SUS pelo apoio durante sua transição, uma vez que o mesmo passou a ser um meio para a redesignação sexual por meio da Resolução CFM nº 1.955/2010 que estabelece diretrizes no atendimento à pessoas transgênero e permite a cirurgia e tratamento hormonal, promovendo atendimento médico especializado em transição de gênero. Ela destaca a importância de profissionais, que consistem em uma equipe formada por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, comprometidos com o bem-estar de todos, independentemente de cor, raça, idade, gênero ou orientação sexual. Além disso, Ana enfrenta a questão de não poder acessar benefícios sociais, já que, segundo ela, "quem trabalhou foi o Zezinho", seu nome antes da transição. Dessa forma, Zezinho contribuiu com seu trabalho durante os anos exigidos por lei e poderia receber os benefícios associados à aposentadoria. Contudo, com a transição, não foram considerados esses benefícios em sua nova identidade. Assim, por não cumprir com as exigências, Ana não recebe aposentadoria, considerando que ela nunca trabalhou.

Denise Thaynáh Santos França, uma mulher transgênero, negra, com 73 anos de idade, tem uma trajetória marcada por conflitos internos e superação. Desde a infância, ela tinha preferência por roupas femininas, mas sofria com a culpa por não entender seus sentimentos, confessando ao padre frequentemente. Na vida adulta, ainda com medo de ser descoberta, ela encontrou o mIRC, uma plataforma de bate-papo, onde conheceu o termo "*crossdresser*", que segundo Azevedo (2020) é uma performatização do gênero oposto ao que nasceu cuja orientação sexual pode ser diversa e a identidade de gênero é uma expressão da transgeneridade. Denise se identificou com esta performance. Aos 52 anos, juntou-se à “Turma Ok”, o clube LGBTQIA+ mais antigo do mundo, onde começou a se apresentar como Denise. A Turma Ok é um grupo cultural LGBTQIA+ fundado nas décadas de 1960 que atua promovendo espaço de inclusão e resistência, principalmente durante o período da ditadura militar ao qual sofriam grande repreensão. Ainda hoje realiza espetáculos e apresentações de homens gays e travestis desafiando normas sociais quanto à sexualidade e gênero, oferecendo liberdade, criatividade e auto aceitação (Soliva, 2019). Com o tempo, Denise decidiu assumir sua identidade também durante o dia, enfrentando o medo de ser vista publicamente como mulher trans. Denise iniciou acompanhamento psicológico para compreender melhor sua identidade de gênero e explorar o processo de transição, recebendo o diagnóstico de que era uma pessoa trans começou a moldar sua trajetória. Hoje, ela ocupa o cargo de Secretária-Executiva do Conselho Estadual de Políticas Públicas LGBTQIA+ do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalha para promover direitos humanos e políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da comunidade LGBTQIA+. Denise transformou sua trajetória de luta pessoal em uma missão para ajudar outras pessoas, que vivem realidade semelhante, a viverem suas identidades de gênero e sexualidades plenamente.

Márcio Guerra, jornalista de 63 anos, vive há 34 anos um relacionamento com Flávio, a quem chama de sua "alma gêmea". Embora tenha se identificado como gay desde a sua adolescência, o verdadeiro ponto de virada em sua vida veio quando Flávio expressou o desejo de adotar uma criança. Márcio, inicialmente relutante, sentia-se inseguro quanto à paternidade por causa da idade, temendo não estar presente para acompanhar o crescimento do filho. Porém, ao acompanhar Flávio em visitas a orfanatos, essa hesitação foi quebrada quando Flávio encontrou Phelippe, o menino que completaria suas vidas. Ao adotarem Phelippe, Márcio e Flávio formaram uma família movida pelo amor, cuidado e respeito mútuo. A jornada do casal não apenas desafiou convenções sociais sobre casais homoafetivos, mas também sobre a idade e o papel dos pais, destacando que a essência da paternidade está no vínculo e no compromisso, não nas normas impostas pela sociedade. Segundo Souza, Coelho e Honorato (2022), casais homoafetivos enfrentam maiores desafios no processo de adoção de crianças e adolescentes devido à persistência de estereótipos que privilegiam casais heterossexuais como suposta escolha ideal para a criação e educação de menores. Esses estereótipos refletem preconceitos, como a crença de que casais formados por pessoas do mesmo sexo poderiam influenciar a orientação sexual das crianças ou não oferecer a figura tradicional de "pai" e "mãe". O estudo também aponta que as barreiras são ainda mais significativas para casais gays (homens cisgêneros) em comparação com casais de mulheres lésbicas. Isso está relacionado a um senso biológico que favorece as mulheres, por serem vistas como mais próximas de um modelo maternal, o que facilita o processo de adoção. Já para homens homossexuais, o acesso ao sistema adotivo é frequentemente dificultado por barreiras legais, sociais e culturais que reforçam esses preconceitos. Entretanto, na narrativa de Márcio, é destacado o entendimento de Phellipe sobre sua orientação sexual, demonstrando que teve total liberdade e apoio de seus pais em sua escolha. Apesar de ter sido criado por pais homoafetivos, Phellipe é heterossexual e, em nenhum momento, sentiu-se pressionado a ser algo diferente de sua própria identidade. Desconstruindo o estereótipo de que filhos de casais homoafetivos seriam influenciados a adotar a mesma orientação sexual de seus pais.

 Franco, um homem trans de 67 anos residente no Rio de Janeiro, enfrentou inúmeros desafios ao longo de sua vida, marcados por uma luta constante contra o preconceito. Ele revela: "É uma vida inteira lidando com preconceito". Sem apoio familiar durante a juventude, Franco deixou a casa onde vivia e passou a viver como uma pessoa em situação de rua, sendo alimentado e cuidado por desconhecidos, a quem ele se refere como sua verdadeira "família". Embora tenha se reconhecido como homem ainda na adolescência, somente iniciou sua transição após assistir a uma entrevista com João Nery, um ativista da comunidade LGBTQIA+ reconhecido como pioneiro na mudança de gênero após sua cirurgia de redesignação sexual em 1977 e, após isso, começou a lutar pelos direitos da comunidade e pela criação do Projeto de Lei João Nery – PL 5.002 – que que dispõe sobre a identidade de gênero, afirmando o direito ao seu reconhecimento legal. Aos 66 anos, em 2023, Franco realizou a cirurgia de mastectomia, o que lhe trouxe maior conforto consigo mesmo. Mesmo rejeitado pela família, ele cuidou da mãe doente, afirmando com serenidade: "Eu cumpri minha missão com ela", deixando para trás mágoas e ressentimentos. Agora, ele sonha em continuar seus estudos e lutar por causas que promovam uma sociedade mais justa e igualitária. Sentindo-se finalmente livre após encontrar sua verdadeira identidade, Franco reflete uma jornada de resiliência e renovação.

 Luiza Gasparelly assumiu-se como *Drag Queen* aos 14 anos e, aos 60, continua deslumbrando o público com suas *performances* e shows. “Luiz é um ser inexistente que dá vida a Luiza”, reflete, evidenciando a dualidade que a arte *drag* pode representar. Inicialmente, sua mãe relutou em aceitar essa escolha de vida, mas, com o tempo, tornou-se uma apoiadora fervorosa de sua carreira. Luiza viajou sozinha para diversos países, onde se apresentou e compartilhou sua arte. Ela viveu durante a repressão militar no Brasil e relembra: “O preconceito era surreal”, trazendo à tona as lutas e conquistas que marcaram sua trajetória em um ambiente hostil. Hoje, enfrenta novos desafios, afirmando: “Com 60 anos, tudo fica mais difícil”, evidenciando as questões sociais que envolvem não apenas a LGBTfobia, mas também o preconceito relacionado à idade. Apesar das adversidades, Luiza se declara uma *drag queen* realizada e feliz, mostrando que a coragem e a autenticidade podem brilhar em meio às sombras da sociedade.

De acordo com Pereira (2019), o movimento LGBTQIA+ vem conquistando maior espaço e direitos nas políticas públicas em relação à saúde, cidadania e cultura, contudo a discriminação ainda é um fator entrelaçado a este grupo. Através disso, as narrativas de Ana, Denise, Márcio, Franco e Luiza fazem parte de uma linha histórica composta por preconceito violência ao longo dos anos vividos em suas juventudes, permeando a discussão sobre a carência do conhecimento acerca do assunto nas décadas passadas e a ausência nos dias atuais.

Contudo a relevância do assunto abordado durante as narrativas ganha maior destaque ao refletir sobre a temática na contemporaneidade. Neste sentido, o documentário mostra duas faces nas trajetórias dos protagonistas. A primeira expõe os reais desafios enfrentados, como envelhecidos LGBTQIA+, perante uma sociedade hetero-cis-normativa. A segunda face reflete quanto a resistência deste grupo sócio-historicamente marginalizado e sua capacidade de sobrevivência. Em suma, a necessidade de debates acerca do assunto vem crescendo com o passar dos anos, tornando essencial a discussão para quebra de estigmas e estereótipos relacionados à interseccionalidade entre idade, sexualidade e gênero. Ademais, o documentário faz reflexões sobre questões de trabalho, laços familiares, cultura e direito à saúde e vida digna das minorias marginalizadas representadas nas narrativas, diversificando perspectivas diante das normas sociais, quanto à orientação de gênero, sexualidade e idade, na sociedade contemporânea hetero-cis-normativa.

Há uma invisibilidade agregada em relação aos idosos, fortalecida pelas discriminações direcionadas aos aspectos sociais considerados fora do comum, principalmente quando o assunto é relacionado ao idoso LGBTQIA+ (Santos; Araújo; Negreiros, 2018), apesar disso o documentário consegue justamente trazer essa maior visibilidade e levantar questões de grande relevância, como a vulnerabilidade social, abandono e apoio emocional e afetivo em relação a essas pessoas, abordando de forma sensível e não estereotipada da temática. O projeto “LGBT 60+: corpos que resistem” ilustra um cenário, infelizmente, muito realista na sociedade contemporânea. Com isso, indica o pouco cuidado dedicado às pessoas envelhecidas LGBTQIA+ em diversas áreas sociais, criando barreiras para o reconhecimento da dignidade humana e direito à vida que. Segundo o Artigo 5° da Constituição Federal de 1988, estabelece a garantia de liberdade, igualdade e inviolabilidade do direito à vida, englobando a comunidade LGBTQIA+ e idosos como protegidos perante a lei.

A invisibilidade do assunto remete ao pensamento de invalidar pessoas com idades mais avançadas, desconsiderando traços de sua personalidade, desejos, sexualidade e gostos, gerando a dupla opressão vivenciada por muitos no contexto contemporâneo. Além disso, toda exclusão e discriminação direcionada a estes individuos ocasiona problemas pessoais quanto a autoiagem e confiança, fazendo que muitos retrocendam todo caminho percorrido durante sua trajetória, principalmente em ambientes organizacionais que dificultam a busca por empregos (Hanashiro; Pereira, 2020).

Em relação aos obstáculos enfrentados em busca de emprego, há discussões relevantes dos LGBTQIA+ sobre os ambientes organizacionais e os direitos ali envolvidos — como o uso do nome social, processos de contratação e a garantia da não discriminação — especialmente no convívio com os demais colaboradores. Segundo Ávila, Martins e Dutra (2021), o conceito de assédio moral voltado ao público LGBTQIA+ no ambiente de trabalho revela que esses profissionais frequentemente enfrentam situações constrangedoras e problemas relacionados à sua orientação sexual e identidade de gênero. Ainda de acordo com a pesquisa, o fator cultural é determinante nesse contexto, pois a cultura organizacional molda comportamentos e atitudes por meio da influência que exerce sobre os indivíduos. Assim, reforça-se a importância de construir e fortalecer uma cultura diversa e respeitosa entre os funcionários.

Diante disso, políticas públicas tornam-se essenciais para a promoção de ambientes colaborativos e harmônicos. Essas políticas devem ir além da proteção dos direitos e da cidadania da comunidade LGBTQIA+ nas organizações, incluindo também as pessoas idosas, que, com sua vasta experiência, podem contribuir significativamente para a formação de equipes mais fortes, diversas e inclusivas (Sousa, 2023).

Ainda que o documentário de apenas cinco episódios seja curto, não o torna menos crucial na luta pelo respeito e igualdade. Somadas as causas, filmes, livros, outras séries e eventos na mesma temática, geram maior valor em torno do assunto que raramente é abordado da forma como o documentário conseguiu. Além disso, as histórias abraçam todas as pessoas que passaram ou passam pelas mesmas situações, acolhendo e representando cada parte dessa gigantesca e diversificada comunidade.

Além das questões de identidade, afeto e resistência retratadas nas histórias dos protagonistas, é importante destacar como esses marcadores sociais — idade, orientação sexual e identidade de gênero — impactam diretamente suas trajetórias em ambientes organizacionais. Os relatos sugerem, ainda que de forma sutil, a existência de barreiras estruturais no acesso ao trabalho formal, à permanência em cargos e ao reconhecimento profissional, especialmente para aqueles cuja expressão de gênero ou orientação sexual desafia normas tradicionais (Sousa, 2023; Mattos, 2024).

A ausência de políticas de inclusão voltadas à população LGBTQIA+ envelhecida, associada a um mercado que ainda valoriza juventude e heteronormatividade, reforça o ciclo de exclusão. Em contextos organizacionais, isso se manifesta em práticas discriminatórias veladas, como a não utilização do nome social, a desvalorização da experiência desses profissionais, e a exclusão em dinâmicas de grupo, promoções ou processos seletivos (Ávila; Martins; Dutra, 2021; Hanashiro; Pereira, 2020). Essa marginalização se intensifica pela falta de preparo das lideranças e pela resistência em lidar com a diversidade, fatores que prejudicam o desempenho e bem-estar dos colaboradores (Bezerra et al., 2022; Barbosa et al., 2024).

Nesse sentido, os personagens do documentário não apenas representam histórias de luta individual, mas também ilustram o reflexo de uma estrutura organizacional que ainda precisa avançar para ser, de fato, diversa, inclusiva e equitativa. As vivências de Ana, Denise, Márcio, Franco e Luiza podem e devem ser analisadas como ponto de partida para que líderes, gestores e instituições revejam suas práticas, compreendam a importância da interseccionalidade no ambiente de trabalho, e desenvolvam ações concretas que garantam respeito, reconhecimento e dignidade a todos, independentemente de sua idade, identidade ou sexualidade (Crenshaw, 1989; Luz; Alves, 2023).